



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 2/XI/1.ª

Aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas dez horas e dez minutos, reuniu, na Sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Apreciação e votação do regulamento da Comissão;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa sobre o Relatório da Monitorização da Reforma Penal (3º Semestre);**
- 4. Nomeação de Relator para o teste de subsidiariedade sobre a Proposta de "Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e dos actos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu (COM 2009/154)";**
- 5. Apreciação de propostas para o plano de actividades da Comissão;**
- 6. Constituição de Subcomissões;**
- 7. Designação do Júri do Prémio Direitos Humanos;**
- 8. Calendarização das audições dos candidatos a titulares de cargos exteriores à Assembleia da República (nos termos do artigo 257.º do RAR);**
- 9. Calendarização das audições obrigatórias dos Ministros da Justiça, da Administração Interna e da Presidência (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º, do RAR);**
- 10. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento sobre declarações que proferiu relativas a escutas;**
- 11. Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Dando início à reunião, o Senhor Presidente apresentou brevemente o projecto de regulamento da Comissão, que, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- Projectos de Lei n.ºs 14/XI (BE) – *“Altera o Código Civil, permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo”* e 24/XI (PEV) – *“Consagra a universalidade e a igualdade no*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

direito ao casamento” – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD);

- Projecto de Lei n.º 18/XI (CDS/PP) – *“Alteração ao Código de Processo Penal”* – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS);
- Projecto de Lei n.º 25/XI (PCP) – *“Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito”* – de que foi nomeada relatora a Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP).

Por indicação dos proponentes, o Projecto de Lei n.º 13/XI (BE) – *“Recomenda ao Governo a adopção de medidas que visem combater a actual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue”* será discutido em Plenário.

Finalmente, foi o Senhor Deputado António Gameiro (PS) nomeado relator do Parecer sobre o teste de subsidiariedade da COSAC – *“Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e dos actos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu (COM 2009/154 e SEC 410 e 411)”*.

Passando ao terceiro ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) apresentou um requerimento para audição do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa sobre o Relatório da Monitorização da Reforma Penal (3.º Semestre), dizendo que o documento – extenso e importante – contém propostas cujos autores devem ser ouvidos em Comissão.

Em relação ao mesmo assunto, o Senhor Deputado Miguel Macedo (PSD) salientou que o relatório em causa, apesar de relativo ao primeiro semestre de 2009, apenas foi divulgado após as eleições legislativas. Lembrou ainda que o anterior Ministro da Justiça se tinha comprometido a vir à Comissão depois da apresentação do relatório, o que, necessariamente, já não pode fazer. Sendo certo que o actual Ministro ainda nada disse a este respeito, o orador disse, por uma questão de lealdade parlamentar, o interpelaria directamente aquando da sua audição ordinária.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

A este propósito, o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) lembrou que muito do que hoje é criticado no Código de Processo Penal resultou do acordo para a justiça celebrado entre PS e PSD, tendo muitas das normas actualmente em vigor merecido o voto favorável também do CDS/PP. Por outro lado, recordou que o PS sempre viabilizou a vinda de Ministros e de outras entidades à Comissão, salientando, aliás, que foi com maioria absoluta na Assembleia da República que o PS alterou o Regimento da Assembleia da República, no sentido de criar a figura do agendamento potestativo e de aumentar o número de vindas de membros do Governo à Assembleia da República.

De qualquer modo, afirmou que o PS vê o requerimento do BE com bons olhos e que o votará favoravelmente, procurando conjugar esforços entre a Assembleia da República e o Governo para melhorar o Código de Processo Penal.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) registou com agrado a anuência do PS à vinda do Observatório, recordando que o anterior Ministro se tinha comprometido a entregar o relatório à Assembleia da República até ao fim de Julho, o que não fez. Posteriormente, comprometeu-se a entregar o relatório apenas à Assembleia eleita em Setembro, o que, obviamente, atrasou a chegada do documento. Pensa, portanto, que este é um mau exemplo do que deve ser o relacionamento entre a Assembleia da República e o Governo.

No que respeita ao documento, concorda com as suas conclusões, o que se comprova pelo facto de o seu grupo parlamentar ter já apresentado iniciativas legislativas que apontam naquele sentido. Por fim, sugeriu que a audição do Ministro da Justiça ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR seja posterior à audição do Observatório, assim permitindo a sua audição também a este propósito.

Finalmente, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) declarou esperar que, nesta Legislatura, a revisão das leis penais seja levada a cabo com critério e com transparência, lembrando que a reforma levada a cabo na X Legislatura teve origem numa comissão cujas actas nunca foram publicadas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No que toca a esta matéria, disse pensar que a única alteração das leis penais posterior à reforma foi executada pelo Ministro da Administração Interna, com a revisão da Lei das Armas, pelo que fará todo o sentido ouvir o Observatório, como forma de preparar a alteração dos Códigos.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Passando ao quinto ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente recordou o plano de actividades da X Legislatura, salientando que, sendo conveniente planear visitas da Comissão e das Subcomissões, o processo legislativo e as muitas audições que a Comissão promove não permitem uma realização de actividades externas tão profícua como acontece com outras comissões.

Em relação ao sexto ponto da ordem de trabalhos, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, uma proposta de constituição de três Subcomissões: de Justiça e de Assuntos Prisionais; de Administração Interna e, atentas as novas competências da Comissão, de Igualdade.

De seguida, tendo sido designados para constituírem o Júri do Prémio dos Direitos Humanos os Senhores Deputados Osvaldo de Castro (PS), como Presidente, Ricardo Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD), Telmo Correia (CDS/PP), Helena Pinto (BE), António Filipe (PCP) e José Luís Ferreira (PEV), foram agendadas as audições dos candidatos a titulares de cargos exteriores à Assembleia da República (nos termos do artigo 257.º do RAR) e dos Ministros da Justiça, da Administração Interna e da Presidência (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do RAR).

Passando ao décimo ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD) apresentou o requerimento apresentado pelo seu grupo parlamentar no sentido de ser ouvido o Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento sobre declarações que proferiu relativas a escutas, palavras que considera terem sido graves e insólitas, colocando em causa a separação de poderes e a autonomia da magistratura.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) pediu o adiamento da discussão e votação deste ponto, devido ao facto de o requerimento ter sido apresentado na véspera da reunião, ao final do dia, razão pela qual não o pode analisar com o devido cuidado.

O Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD), compreendendo e concordando com o pedido apresentado pelo PS, solicitou que, a ser aprovada, a audição do Ministro seja levada a cabo no mais curto espaço de tempo possível.

Por fim, o Senhor Presidente solicitou aos diversos grupos parlamentares que indicassem os seus representantes no Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz impreterivelmente até ao próximo dia 25.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 21-12-2009



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Guilherme Silva
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Macedo
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Ana Catarina Mendonça Mendes
Assunção Cristas
Catarina Marcelino
Correia de Jesus
Francisca Almeida
Luís Campos Ferreira
Manuel Seabra
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Celeste Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Negrão
José Luís Ferreira